



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS**



Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - São Paulo-SP - CEP 05459-900 - Tel (011) 3133-3000

ATA EXECUTIVA

Reunião Plenária Extraordinária Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH

DATA: 09 de setembro de 2009.

LOCAL: Palácio do Governo do Estado de São Paulo, Palácio dos Bandeirantes, Salão dos Pratos, situado na Av. Morumbi, 4500 - São Paulo - SP.

PAUTA: conforme estabelecido nos Ofícios SMA/CRH nºs 47, 48 e 49 de 25 de agosto de 2009

Conselheiros pelo segmento Governo do Estado de São Paulo:

- Francisco Graziano Neto, Secretário do Meio Ambiente e Presidente do CRH;
- Rosa Maria de Oliveira Machado Mancini, Secretária Executiva do CRH;
- Rui Brasil Assis, representante da Secretaria de Saneamento e Energia;
- Jaime Gimenez, representando da Casa Civil;
- Viviana Aparecida Nannini, representando a Secretaria de Economia e Planejamento;
- Luiz Sérgio Ozório Valentim, representando a Secretaria da Saúde;
- Celso Carlos de Camargo, Chefe de Gabinete, representando a Secretaria dos Transportes;
- José Roberto dos Santos, representando a Secretaria de Desenvolvimento;
- Eduardo Trani, representando a Secretaria da Habitação;
- Antonio Vaz Serralha, representando a Secretaria da Fazenda;
- Margaret Cruz, representando da Secretaria da Educação.

Conselheiros pelo segmento Municípios:

- Luiz Marinho, P. M de São Bernardo do Campo – Grupo 1, representado por Gilmar Mangureira da Silva
- Antonio G. F. Fernandes Junior, P.M. Guaratinguetá - Grupo 2, representado por André Luis de Paula Marques
- Tércio Augusto Garcia Junior, P.M. São Vicente – Grupo 3, representado por Alfredo Moura
- Carlos Arruda Garms, P.M Paraguaçu Paulista - Grupo 5
- Francisco Célio de Melo, P.M Iepê – Grupo 5
- Cornélio Cezar Kemp Marcondes, P.M Garça – Grupo 6
- Waldemar Sandoli Casadei, P.M Lins – Grupo 7
- Maria Ivanete H. Vettorasso, P.M Guapiaçu – Grupo 8
- Ilo Parochi, P.M Neves Paulista – Grupo 8
- Nério Garcia da Costa, PM Sertãozinho – Grupo 10
- Herculano C. Passos Junior, P.M Itu – Grupo 11, representado por Maurício Dantas.

Conselheiros pelo segmento Sociedade Civil Organizada:

- Anícia Aparecida Baptistello Pio, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP - Usuários Industriais;
- André Elia Neto, UNICA;
- Luiz Sutti, FAESP- Fed. Agricultura do Estado de São Paulo ;
- Alfredo Eugênio Birman, FECOMERCIO;
- Hugo Marcos Piffer Leme, Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE - Usuários para o Abastecimento Público;
- Luiz Carlos Pignagrandi, SINTAEMA;
- Maria Luiza Taborda Borges Ribeiro, Fundação SOS Mata Atlântica;
- Miron Rodrigues da Cunha, CDPEMA-Comissão de Defesa e Preservação da Espécie e do Meio Ambiente;
- Antonio Silvan Oliveira, FEQUIMFAR;
- Paulo Bezerril Júnior, Instituto de Engenharia;
- Luiz Narimatsu - AESABESP;

Comitês de Bacias Hidrográficas :

- Maria Emília Botelho-CETESB, Secretária Executiva, e Laura Stela Naliato Perez, Secretária Executiva Adjunta do CBH-AT;
- Sylvio do Prado Bohn Junior-CETESB, Secretário Executivo do CBH-LN;
- Osvaldo Massacazu Sugui, Secretário Executivo do CBH-PP
- Ney Akemaru Ikeda-DAEE, Secretário Executivo do CBH-RB;
- Alex Henrique Veronez-DAEE, Secretário Executivo do CBH-SMG, representado por Juliana Ribeiro de Andrade;
- Sétimo Humberto Marangon – CETESB, Secretário Executivo do CBH-SMT;

Entidades do Estado:

- Marco Antonio Gomes, CPLA;

ABERTURA

Constatado quórum, presentes 10 Conselheiros do segmento Estado, 09 Conselheiros do segmento Municípios e 08 do segmento Sociedade Civil Organizada.

Francisco Graziano Neto, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, cumprimentou a todos e observou que da pauta constavam dois pontos importantes para a política de recursos hídricos, a aprovação do Relatório de Situação do Estado de São Paulo, o primeiro elaborado com base em indicadores, e a deliberação sobre a cobrança pelo uso da água no setor rural, finalizando o processo de regulamentação previsto para este ano.

Afirmou planejar uma reunião extraordinária para outubro tendo como pontos de pauta a discussão da minuta do Decreto que regulamenta a lei específica da Billings, que deverá ser aprovada pelo nosso Conselho antes de seguir para Casa Civil e para o Palácio do Governador. "Trata-se do mesmo procedimento adotado no caso da Guarapiranga. A Lei específica do Juquery Cantareira também já está tramitando no Palácio para posterior envio à Assembleia Legislativa e será a terceira lei específica na área de mananciais da região metropolitana de São Paulo, o que é uma prioridade do nosso governo". Observou que o Comitê do Alto Tietê acabava de passar por eleição e está sendo reorganizado com a eleição do Prefeito de Mogi das Cruzes como Presidente do Comitê. Afirmou ter sido uma eleição articulada por todos os setores e que isso foi muito importante para o funcionamento e harmonia do Comitê. Disse que essa nova administração deve agilizar os trabalhos com destaque para a cobrança pelo uso da água que também é uma das prioridades do governo do estado de São Paulo. O segundo ponto de pauta da reunião extraordinária será a discussão da minuta de lei estadual que institui o Programa de Pagamento dos Serviços Ambientais no estado de São Paulo criando as figuras jurídicas do protetor de águas e o protetor do verde, que podem se beneficiar com o pagamento dos serviços ambientais que realizam para a coletividade, principalmente pela proteção dos mananciais, das matas ciliares, das nascentes, e assim por diante. "Esse trabalho já está nas Câmaras Técnicas e estamos avaliando se já está no ponto para ser apreciada pelo Conselho". Afirmou estar animado com o andamento dos trabalhos relativos ao Sistema de Recursos Hídricos, apesar de algumas atividades serem mais demoradas do que se deseja, mas afirmou compreender que é desta forma que se avança, pois o modelo de gestão assim o exige. Enfim observou que os Presidentes de Comitês de Bacia tem se tornado muito mais próximos. Afirmou estar animado com o Pacto das Águas e com o Projeto Município Verde que tem trazido as Prefeituras Municipais para a gestão ambiental e das águas. Relembrou que em Bocaina o Governador do Estado esteve presente junto com mais de duzentos prefeitos municipais, que naquele momento aderiram ao Pacto. Destacou a importância do momento e que essa ação está tendo continuidade com a elaboração dos planos de trabalho pelos municípios e continuidade do processo de adesão. "Atualmente, com o acirramento das mudanças climáticas, a agenda ambiental e de recursos hídricos está sendo cada vez mais valorizada. Está cada vez mais difícil tratar a agenda azul distante da verde, e começa a haver crescente simpatia da opinião pública, e uma crescente compreensão dos técnicos, dos setores públicos, dos setores empresariais, para que possamos vencer essa agenda, diante dessa temática face aos desafios que a humanidade está enfrentando e ainda vai enfrentar. É um trabalho difícil, mas conseguimos a adesão porque é uma agenda futurista, ajudando a melhorar a qualidade do mundo e criando um mundo melhor para aqueles que ainda não vieram".

APRECIÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Aprovada a Ata da 1ª reunião plenária ocorrida em 28 de abril de 2009, com a retificação de Maria Luiza Tabora Borges Ribeiro, "Malu", representando a Fundação SOS Mata Atlântica, no item IV - Posicionamento do Conselho a respeito da não elaboração ou revisão dos planos bacias pelos Comitês Paraíba do Sul e Serra da Mantiqueira. Na ocasião, a conselheira pediu questão de ordem lembrando que o Conselho não poderia votar a matéria devido ao tema já estar definido pela Deliberação CRH 79, aprovada em 2008.

INFORMES DA SECRETARIA EXECUTIVA

CBH – AT: Rosa Mancini, Secretária Executiva do CRH, informou que em 20 julho tomaram posse os novos membros do CBH - AT e foi eleita a nova diretoria. Para a função de Presidente foi indicado o Prefeito de Mogi das Cruzes Marcos Bertaioli; para a Vice Presidência, em caráter de continuidade, o representante da ABRH Marco Palermo; para a Secretaria Executiva a sra. Maria Emilia Botelho e para a representação junto ao CRH, tomando posse na data da reunião, o Prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho.

Demanda Induzida: Rosa disse “apesar de termos nos comprometido em trazer o relatório dos projetos de demanda induzida ao CRH, lembramos que os CBHs têm prazo até 14 de setembro para encaminhar os projetos para a SECOFEHIDRO, e portanto o relato será apresentado na próxima reunião”.

Pacto das Águas: No dia 2 de junho, em Bocaina, durante a semana de meio ambiente, foi lançado, com a presença do Governador José Serra e dos Secretários Xico Graziano e Dilma Pena, o Pacto das Águas – SP, que é um compromisso com o Consenso das Águas de Istambul e com as Metas do Milênio. “No lançamento do Pacto, quase 200 prefeitos assinaram suas adesões e hoje já chegamos a 350 assinaturas”, disse Rosa. E complementou: “Esse número é superior a todas as assinaturas coletadas no mundo que estão por volta de 287. São Paulo mostra a sua liderança no Brasil e entra no cenário internacional. Hoje entra no ar um sistema onde todos os signatários poderão definir as suas metas para as áreas de saneamento, proteção do verde e outras de caráter regional, com acesso eletrônico, mediante senhas que serão entregues. Esses compromissos serão checados em novembro de 2011 e os Municípios que tiverem melhor desempenho, assim como o CBH que tiver melhor conjunto de adesões e êxitos serão convidados, para isso estamos demandando patrocínio, a participar do VI Fórum Mundial da Água em Marselha- França. Todas as informações estão no site www.ambiente.sp.gov.br”. Conforme demandado na última reunião, Rosa ainda informou que seguia na pasta de cada um dos conselheiros o “Documento Ministerial” produzido em Istambul que reafirma os compromissos com as metas do milênio, e defende a água como um direito de todos os cidadãos conforme discutido na última reunião.

Semana da água em Stockholm: a Secretária Executiva informou que entre 16 e 22 de agosto foi convidada a participar da tradicional semana voltada a discutir gestão de recursos hídricos em Sotockholm – Suécia. Foram mais de 4 mil inscritos representando organizações internacionais e todos os continentes do mundo com 113 países, com destaque para Ásia e África. Durante toda a semana ocorreram oficinas, seminários e painéis sobre os temas: Transposição de bacias; Segurança da água em Zonas Costeiras; Acesso à Água verde (aquela que está disponível na terra) e Água Azul (disponível em rios, lagos e reservatórios); Serviços de Água: a questão da segurança; Mecanismos financeiros para o setor da água. Afirmou ser impossível acompanhar a multiplicidade de discussões, mas algumas lições puderam ser tiradas: Hoje não se fala mais de gestão da água apenas na calha do rio, mas a metodologia que perpassa cada um dos temas apresentados é o “ Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos” que pressupõe a interdependência da água, dos usos, dos fatores ambientais e sociais. Material sobre esta lógica foi fartamente distribuído no evento e está disponível para consulta na SMA para todos os interessados”.

Indicação de representantes do CRH junto ao Grupo de Trabalho Macro Metrôpole, para propor as alternativas dos recursos hídricos: Rui Brasil Assis, representando o segmento governo do Estado de São Paulo/SSE, esclareceu que a Macro Metrôpole é constituída pelas 3 regiões metropolitanas: São Paulo (RMSP), Campinas (RMC) e Baixada Santista (RMBS), além de total ou parcialmente as UGRHs : Alto Tietê, PCJ, Baixada Santista, Sorocaba e Médio Tietê, 75% do Paraíba do Sul, Litoral Norte, com exceção de Ilhabela, 2 municípios da cabeceira do Ribeira de Iguape e alguns municípios de Mogi-Guaçu mais fortemente influenciados pelo setor Campinas-Mogi Mirim e pela rodovia Anhanguera. O Decreto formalizou a participação, sendo o grupo composto pela Secretaria do Meio Ambiente, de Saneamento e Energia e a de Planejamento, cuja missão é propor novas alternativas para o abastecimento da Macro Metrôpole. Ele disse

que os CBHs envolvidos já estavam participando do acompanhamento e atendendo ao ofício da Secretária de Saneamento e Energia, Dilma Pena, o CRH deveria indicar 1 representante titular e 1 representante suplente. Foram indicados pelos conselheiros: **Anícia Aparecida Baptistello Pio, representando o segmento Sociedade Civil Organizada - entidade Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-FIESP e Paulo Bezerril Júnior, também representando o segmento Sociedade Civil Organizada - entidade Instituto de Engenharia-IE.**

DELIBERAÇÕES :

Referendum à Deliberação CRH nº 97, que altera a Deliberação nº 95, que dispõe sobre a distribuição dos recursos do FEHIDRO referentes ao orçamento do ano 2009 entre os colegiados do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências.

A Secretária Executiva explicou que foram executadas alterações complementares e que tratava-se apenas de adequações operacionais, sem alterar o que fora decidido pelos Conselheiros.

Aprovada.

Referendum à Deliberação CRH nº 98, que realoca recursos financeiros do FEHIDRO de empreendimentos de interesse estadual do CORHI transferindo recursos hídricos do projeto FEHIDRO 337/04 para o 569/06 no valor de R\$ 126.000,00.

Rosa esclareceu a solicitação do Departamento de Águas e Energia Elétrica-DAEE, tendo em vista a transferência de recursos para uma ferramenta muito importante para o sistema: a finalização do sistema de informações.

Aprovada.

Referendum à Deliberação CRH nº 99, que realoca recursos financeiros do FEHIDRO de empreendimentos de interesse estadual do CORHI, remanejando os recursos dos contratos FEHIDRO ns. 328 e 329/2007 no montante de R\$ 700.000,00, para o empreendimento "Formatação e Implementação do índice municipal de saneamento, com vistas à integração ao sistema de informações de saneamento", que passa a ter o valor do financiamento ampliado de R\$ 600.000,00 para R\$ 1.300.000,00.

A Secretária Executiva falou sobre a solicitação da Secretaria de Saneamento e Energia, a fim de otimizar a aplicação dos recursos financeiros.

Aprovada.

Deliberação CRH no. 100, Apreciação da Minuta do Relatório de situação de recursos hídricos baseados em indicadores - 2007/2008.

Tiago de Carvalho Franca Rocha, representando o segmento Governo do Estado de São Paulo/SMA-CRHi, apresentou o trabalho, ressaltando que o mesmo contemplava a legislação estadual, atendendo inclusive o quesito de periodicidade anual. Segundo ele, os principais objetivos foram: Utilizar indicadores que permitam acompanhar a evolução da situação dos recursos hídricos em cada bacia, facilitar a comunicação pública sobre a qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos na bacia e subsidiar a tomada de decisão acerca de prioridades para a melhoria dos recursos hídricos nas bacias, e os critérios de seleção de indicadores: relevância política/utilidade à gestão ambiental, a consistência analítica, mensurabilidade, fácil compreensão, confiabilidade (fontes oficiais), disponibilidade e manutenção e o caráter desafiador (perspectiva futura), contendo temas como: Dinâmica Demográfica e Social, Disponibilidade e Demanda de Recursos Hídricos, Saneamento - Efluentes Domésticos, Saneamento - Resíduos Sólidos, Qualidade das Águas Interiores e Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos. Paulo Bezerril complementou dizendo que o relatório foi discutido e aprovado na Câmara Técnica de Planejamento. O Presidente considerou que o trabalho estava muito bem feito e que de fato tinham uma ferramenta para acompanhar a evolução da

gestão dos recursos hídricos, e como um bom diagnóstico, a base de informações, deveria gerar políticas públicas para as bacias hidrográficas.

Aprovado o Relatório de Situação de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo.

Apreciação da Proposta de Deliberação da CTCOB-Câmara Técnica de Cobrança que diz respeito à Cobrança pelo uso da água do setor agrícola e outros usuários, atendendo à Deliberação CRH no. 89 de 10/12/2008.

Laura Stela Perez, representando o segmento Governo do Estado de São Paulo/SMA-CRHi, apresentou a proposta destacando que os trabalhos desenvolvidos pela CTCOB contaram com a participação expressiva tanto da Sociedade Civil Organizada quanto do setor dos usuários de água. "A minuta do decreto regulamenta a cobrança para os usuários rurais a partir de 2010, define os usuários, o que é cobrado, os usos outorgados que serão cobrados, estabelece as etapas de implantação da cobrança, os procedimentos para a cobrança que serão estabelecido pelos respectivos CBHs como por exemplo os usuários isentos observando-se a disponibilidade e demandas de cada bacia". Vários Conselheiros manifestaram-se como Luiz Sutti, representando o segmento Sociedade Civil Organizada, entidade Federação da Agricultura do Estado de São Paulo-FAESP, salientando que tiveram um trabalho grande junto aos Sindicatos e produtores rurais mas que muitos no setor estavam consciente, disse: "Fico muito contente e afirmo isso com categoria para vocês, não é uma justificativa nossa, minha particularmente, eu sempre defendi o princípio. Sou um produtor, não sou eu que vou definir isso, eu acho que tem que ser feito por técnicos, ...vai atingir uma minoria pequena, não vai ser um sacrifício para nós, vai ser um benefício, principalmente quanto a esse item final de fazermos parte dos serviços (pelos pagamento dos serviços ambientais) porque aí acho que esse recurso vai retornar para nós, no segmento rural, é consciente, então hoje estamos satisfeitos". O prefeito Nério Garcia da Costa, P.M Sertãozinho, disse da importância do segmento dos trabalhos nos CBHs. "Agora temos que ter maturidade nos Comitês para produzir isso com um material que possa efetivamente nos orientar através da conscientização do agricultor e é onde entra o trabalho que nossos prefeitos têm que fazer". Waldemar Sandoli Casadei, representando o segmento municípios (P.M de Lins), manifestou sua preocupação refletindo que era hora de levarem em consideração, no CRH ou nos próprios CBHs, pensando no tratamento diferenciado para o produtor rural que se preocupa com a preservação e produção dos recursos hídricos e os que não demonstram a mesma preocupação. Paulo Bezerril representando segmento Sociedade Civil Organizada/IE classificou o momento como "dia histórico", e que mais uma vez o estado de São Paulo demonstrava concretamente seu pioneirismo na gestão dos recursos hídricos, e sua crença que a cobrança seria um dos instrumentos que traria incentivos aos próprios agricultores não só no sentido de conscientizar o uso racional como também traria recursos e instrumentos para uma boa gestão. Maria Luiza Tabora Borges Ribeiro, a "Malu", representando segmento Sociedade Civil Organizada entidade Fundação SOS Mata Atlântica, chamou atenção para um outro instrumento muito importante produzindo pela Câmara Técnica, a minuta do pagamento dos serviços ambientais, que contemplaria o produtor rural. A cobrança seria mais um instrumento contra o desperdício, sendo que o pagamento dos serviços ambientais contemplaria o produtor rural que conserva a água, considerou também que era o momento do Conselho enfrentar o grande desafio de levar as decisões para os Comitês de bacia, nas discussões complementares e estabelecimentos dos procedimentos, como por exemplo quais setores estariam isentos, quais setores seriam contemplados, e que portanto era muito importante a contribuição e suporte do CRH. Anícia Aparecida Baptistello Pio, representando segmento Sociedade Civil Organizada Federação das Indústrias do Estado de São Paulo- FIESP manifestou-se em apoio e reconhecimento aos trabalhos incansáveis da CTCOB, que acompanhou de perto, e propôs em virtude das preocupações manifestadas que a CTCOB pudesse dar os subsídios técnicos necessários aos Comitês. Maurício Dantas, representando o segmento municípios pela P.M Itu, solicitou que nos CBHs as agendas da cobrança e a do pagamento dos serviços ambientais caminhassem juntas. O Presidente ponderou que o tema não era novo, ao contrário já estava em discussão há 12 anos, desde sua época como Secretário de Agricultura no Governo Mário Covas, lembrou que a cobrança não seria efetivada do dia para a noite mas que dependia ainda de algumas discussões no âmbito de cada Comitê de bacia, como o valor a ser pago, os que serão declarados por cada Comitê como tendo

uso insignificante, etc. Ressaltou que era muito importante a comunicação devida e adequada para o setor rural, para isso contava com a colaboração de todos Conselheiros, Presidentes de Comitês e Prefeitos, finalizando disse "fui Secretário da Agricultura, estou muito tranquilo ao encaminhar e defender ardorosamente essa votação, para dar tranquilidade aos que vão votar, essa discussão está muito bem avançada, amadurecida, e esse sim é um passo histórico, vamos assumir esse processo e ele será muito regrado, cada Comitê ainda vai definir seus critérios, o quanto, aquilo que a lei estabelece, e enquanto isso será feito o pagamento pelos serviços ambientais, será aprovado na Assembleia Legislativa de São Paulo, para remunerar os agricultores que protegem as águas, com os recursos do sistema ambiental."

Sob aplausos da plenária, Deliberação aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO

Gilmar Mangueira da Silva, representando o segmento municípios pela P.M de São Bernardo do Campo, agradeceu a diplomação do prefeito Luiz Marinho e o consenso de sua indicação como titular no colegiado do CRH.

Tendo sido cumprida a pauta dos trabalhos, o Presidente agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião.

Esta Ata foi elaborada em conformidade com as laudas taquigráficas, sendo que a Ata completa contém a íntegra desta reunião extraordinária.

Francisco Graziano Neto

Presidente do CRH

Rosa Maria de Oliveira Machado Mancini

Secretária Executiva do CRH